

Apresentação

O presente número da *Teoria e Cultura* começa com a fuga da sua proposta temática que pretendia gravitar em torno do conceito geral de “Sociologia da Arte”, afinal, esse campo vago e instigante convida os autores a não terem tantas amarras e obriga o organizador a compatibilizar artigos que traduzem aproximações assintóticas com esse tópico. Dessa forma, talvez mais pelas possibilidades da arte que da teoria social, os textos foram se agrupando em palavras-chave específicas, gerando núcleos com implicações conceituais. A *cidade* foi o primeiro desses núcleos; a *música* em ângulos eruditos e populares compareceu fortemente; o *tempo*, quer nas considerações históricas sobre a formação das urbes latino-americanas, quer na temporalidade despendida por cidadãos modernos com seus lazeres, surgiu como outro lastro que atravessa alguns textos; a palavra *barroco* que pode ser, a um só tempo, a alma das primeiras cidades da ibero-américa, a forma da música e a tradução do *ethos* mais profundo da cultura que criou certa experiência da modernidade está presente em um verbete. Assim, no trabalho de preparação e editoração dos textos tais palavras - cidade, música, tempo, barroco - se impuseram como tradutoras deste número e guias desta apresentação.

O centro de gravidade inicial deste número é a cidade ibero-americana, com três textos. O primeiro deles é de Francisco Colom González, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Espanha), “La ciudad en la tradición política hispanoamericana”. Ali se discute, numa perspectiva de longo tempo, a construção das cidades na América hispânica como a espacialização social, política e simbólica do poder. A centralidade da vida urbana para a organização da ordem na América espanhola, baseada em conceitos ideais de territorialidade, de alocação do poder e de suas funções, se desdobra em um *continuum* que atravessa os diversos cenários da história e das formas políticas, com a culminação da capital nacional como o espaço próprio de sentido dessas sociedades no século XX.

O segundo texto que comparece em torno da noção de cidade, “Reflexiones sobre fundaciones de ciudades en las fronteras iberoamericanas en el siglo XVIII”, de José Miguel Delgado Barrado, da Universidad de Jaén (Espanha), traz uma mirada diferente do debate usual sobre a ação fundacional de cidades sob a monarquia espanhola em território americano, por enfatizar um tempo tardio, o séc. XVIII, quando as grandes cidades da ibero-américa, que datam dos dois séculos anteriores, já eram núcleos dominantes. As implicações dessas fundações tardias para um espaço desocupado do incomensurável império espanhol, ou seja, suas fronteiras, que estavam naquele instante fecundo em pontos tão distantes como a Flórida, a Luisiana ou o Chile, resultaram em uma experiência única e distinta das outras cidades que dominavam a vida então. O autor sublinha o contexto multicultural dessas cidades formadas por espanhóis, canários, catalães, andaluzes, americanos/crioulos, franceses, ingleses, escoceses, irlandeses, negros livres e escravos, além de índios, como um acontecimento específico dessas cidades que, simplesmente por existirem, transbordavam na prática conceitos unificadores do império, como pátria, nação e monarquia.

Fechando os textos do olhar sobre a cidade na América espanhola temos “Catedrales de Duelo y Guerras Civiles: los sagrados corazones urbanísticos de la Ciudad Luz y la Atenas Sudamericana”, de Víctor Guerrero Apráez, da Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia). Aqui, a discussão compara Bogotá (a “Atenas sul-americana”) e Paris (a “Cidade luz”) quanto ao peculiar aspecto: o uso de catedrais para erigir monumentos cívicos aos mortos pela pátria. Em tela, a Basílica do Sacre Coeur de Montmartre, em Paris e a Basílica del Voto Nacional, localizada no centro de Bogotá - ambas lugares nos quais a lembrança das guerras civis se inscrevem nos projetos arquitetônicos como estratégias simbólicas de consagração da pátria e dos exércitos nacionais pelos seus mortos eternizados em monumentos que fundem religiosidade e imaginários políticos.

O quarto texto, embora sobre música, também fala de uma cidade, Veneza, para tratar de teoria política, discutindo as ideias republicanas presentes em uma obra de arte seminal. Raul Francisco Magalhães, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em “*L'incoronazione di Poppea*: a natureza do Império através do espelho da República”, discute como uma ópera barroca, composta em 1643 por Claudio Monteverdi sobre um libreto de Giovanni Busenello, encarna o mito negativo do Estado, representado pela imagem do império. Tal “anti-mito” do Estado foi construído para uma plateia republicana que assistiu às tramas do degenerado imperador Nero como uma antítese da virtude republicana. Essa possibilidade da linguagem barroca de lidar com inversões também sinaliza, olhando o passado romano, o caminho de vários tópicos da modernidade, como a ideia de uma natureza humana movida por paixões que submetem a razão ao desejo e a noção da esfera amorosa como uma escolha subjetiva.

O quinto texto, “O Popular Urbano Esquadrinhado: Uma homenagem crítica aos trinta anos da obra ‘Getúlio da Paixão Cearense’, de José Miguel Wisnik”, de Dmitri Cerboncini Fernandes, da Universidade Federal de Juiz de Fora, discute a construção social da ideia de uma música que traduz a “legítima” cultura nacional popular. Fernandes põe em relevo, a um só tempo, o papel de intelectuais que, com e contra a indústria cultural, fizeram do samba e do choro expressões de uma cultura genuinamente brasileira. Em um registro muito próximo, o sexto texto, “Música Popular, Habitus Profissional e Classe Social: uma análise da trajetória artística de Braguinha”, de Ricardo Augusto Galdino Maciel, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, mostra como as relações sociais e o pertencimento à classe média foram cruciais na trajetória de um dos maiores compositores da música popular brasileira: Carlos Alberto Ferreira Braga, o Braguinha. O argumento é de que sua origem, diferenciada socialmente da maioria dos artistas populares, negros e de baixa estratificação, deu a Braguinha a possibilidade de construir mais rapidamente um *habitus* profissional mais adequado ao trabalho na nascente indústria cultural brasileira, da qual ele foi mais que um simples músico, exercendo, também, um papel de um verdadeiro guia com sua interminável lista de sucessos, além da versatilidade para atender a demandas que iam do carnaval às trilhas sonoras do cinema. O sétimo texto, também sobre música, traz uma espécie de avesso da indústria cultural: “O paradigma da dádiva e a possibilidade de sentido da arte como mercadoria: o caso THRILLER, de Michael Jackson”, de Virgínia Strack, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, reflete sobre a possibilidade de transcendência da obra de arte no interior dos processos de intensa mercantilização via relação de dádiva entre a estrela e seu público.

Em tema conexo ao do consumo de bens culturais como a arte e o lazer, o texto “Disposições sociais e usos do tempo em atividades de lazer”, de Luiz Flávio Neubert, da Universidade Federal de Juiz de Fora, expõe uma pesquisa sobre a influência da formação educacional, em conjunto com a posição de classe social, na criação de disposições sociais para o dispêndio de tempo em lazer. A teoria indica que a organização do tempo social dos indivíduos se dá em função da escolaridade. A pesquisa, com dados coletados na cidade de Belo Horizonte, corrobora, então, uma alta correlação entre os níveis de escolaridade mais elevados e o tempo gasto com atividades artísticas e com lazer, assim como as atividades físicas e intelectuais.

A seção *verbete* nos traz uma visão do conceito de “Barroco” por Mariângela Paraizo, da Universidade Federal de Minas Gerais, nesse sentido, temos um diálogo direto, tanto com a noção de barroco apresentada por Magalhães, com base na ópera de Monteverdi, quanto com o tempo de criação das cidades ibero-americanas discutido por Colom. Em todos os casos nos parece que há no barroco a expressão de uma forma que transborda o seu tempo histórico, levando a uma via específica da modernidade e a uma chave para a leitura de outros tempos não barrocos.

Temos ainda dois pontos “fora da curva” neste número da Teoria e Cultura: o primeiro é a seção de *Resenhas*, onde Marcela Fernanda da Paz de Souza e Ludmila Maria Noronha Souza, respectivamente doutorandas em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, se debruçam analiticamente sobre o livro “A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista”, de Ruy Braga. O segundo é a seção de *Traduções*, que comparece com o capítulo 8 dos *Studies in Ethnomethodology* de Harold Garfinkel, “Propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum”, um projeto de tradução coordenado por Paulo C. Gago e Raul Magalhães, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cabe, por fim, uma palavra sobre a imagem da capa, o magnífico átrio do Tokyo International Forum, projetado por Rafael Viñoly (1996). Tal arquitetura também pode ser apropriada como uma alegoria de um modernismo algo barroco; um fragmento harmônico de cidade que parece integrar em seu traçado o próprio tempo.

Raul Francisco Magalhães